
**BRASIL E ESTADOS UNIDOS: ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA
COMERCIAL BRASILEIRA E PERSPECTIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO
INTERNACIONAL**

***BRAZIL AND THE UNITED STATES: ANALYSIS OF TRADE
DEPENDENCE AND PROSPECTS FOR INTERNATIONAL
DIVERSIFICATION***

Livia Alves Ramos

Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – Fatec Praia Grande

livia.amos@fatec.sp.gov.br

Matheus do Amaral Ferreira Brito

Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – Fatec Praia Grande

matheus.brito24@fatec.sp.gov.br

RESUMO

Este artigo analisa a relação comercial entre Brasil e Estados Unidos, destacando a dependência brasileira de produtos primários e as perspectivas de diversificação internacional. O estudo tem como objetivo geral compreender os fatores que moldam o intercâmbio bilateral e propor caminhos para ampliar a inserção do Brasil em cadeias produtivas de maior valor agregado. A metodologia adotada inclui análise de dados comerciais entre 2020 e 2024, revisão de marcos diplomáticos e avaliação setorial das exportações. Os resultados indicam que, embora os Estados Unidos sejam o segundo maior parceiro comercial do Brasil, a pauta exportadora brasileira permanece concentrada em bens de baixa complexidade tecnológica, como petróleo, minérios e produtos semimanufaturados. Em contrapartida, setores como o aeronáutico demonstram potencial estratégico. A conclusão aponta para a necessidade de políticas industriais voltadas à inovação, à agregação de valor e à diversificação de mercados, com destaque para o papel do Estado e das empresas na construção de uma economia mais resiliente e competitiva.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio internacional. Diversificação econômica. Relação Brasil-EUA.

ABSTRACT

This article analyzes the trade relationship between Brazil and the United States, highlighting Brazil's dependence on primary goods and the prospects for international diversification. The main objective is to understand the factors shaping bilateral trade and propose strategies to increase Brazil's participation in higher value-added global production chains. The methodology includes trade data analysis from 2020 to 2024, review of diplomatic milestones, and sectoral evaluation of exports. Results show that although the United States is Brazil's second largest trading partner, Brazilian exports remain concentrated in low-complexity goods such as oil, minerals, and semi-manufactured products. On the other hand, sectors like aerospace show strategic potential. The conclusion emphasizes the need for industrial policies focused on innovation, value addition, and market diversification, highlighting the role of both government and private sector in building a more resilient and competitive economy.

Keywords: *International trade. Economic diversification. Brazil-US relations.*

1. INTRODUÇÃO

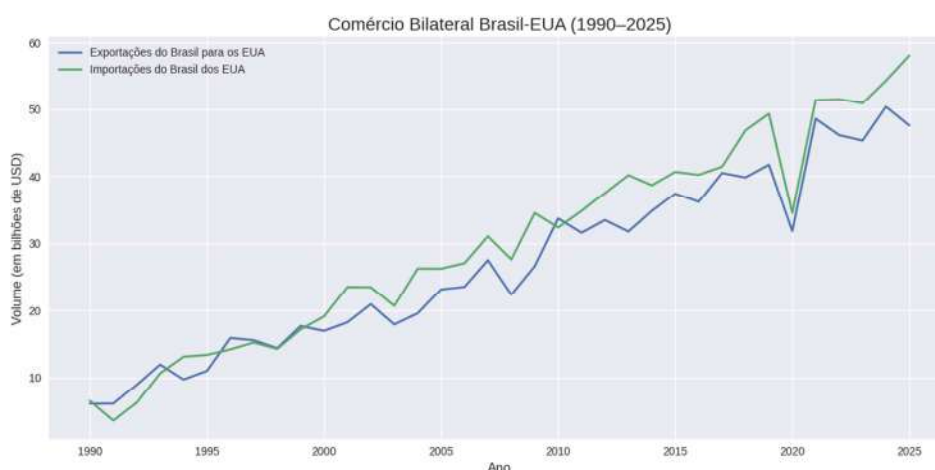
A relação comercial entre Brasil e Estados Unidos é historicamente marcada por interdependência estratégica, mas também por desafios contemporâneos que exigem uma análise crítica. Nos últimos anos, o comércio bilateral tem refletido transformações econômicas globais, crises externas e mudanças nas políticas comerciais. O objetivo geral deste estudo é analisar a dependência comercial brasileira em relação aos Estados Unidos e avaliar as perspectivas de diversificação internacional. Os objetivos específicos incluem: identificar os principais produtos exportados, compreender os fatores macroeconômicos que influenciam o comércio bilateral e discutir estratégias de diversificação produtiva. A metodologia adotada envolve análise de dados comerciais entre 2020 e 2024, revisão de marcos diplomáticos e avaliação setorial das exportações. Este artigo está estruturado em cinco seções: embasamento teórico, análise histórica da relação bilateral, avaliação dos principais produtos exportados, aspectos econômicos e estratégicos atuais, e teorias da diversificação econômica. Ao longo do trabalho, busca-se compreender

como o Brasil pode reduzir sua vulnerabilidade externa e ampliar sua presença em cadeias produtivas de maior valor agregado.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO ou REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA RELAÇÃO BRASIL X ESTADOS UNIDOS

Gráfico 1: Evolução do Comércio Bilateral Brasil–EUA (1990–2025)



Fonte: APEX

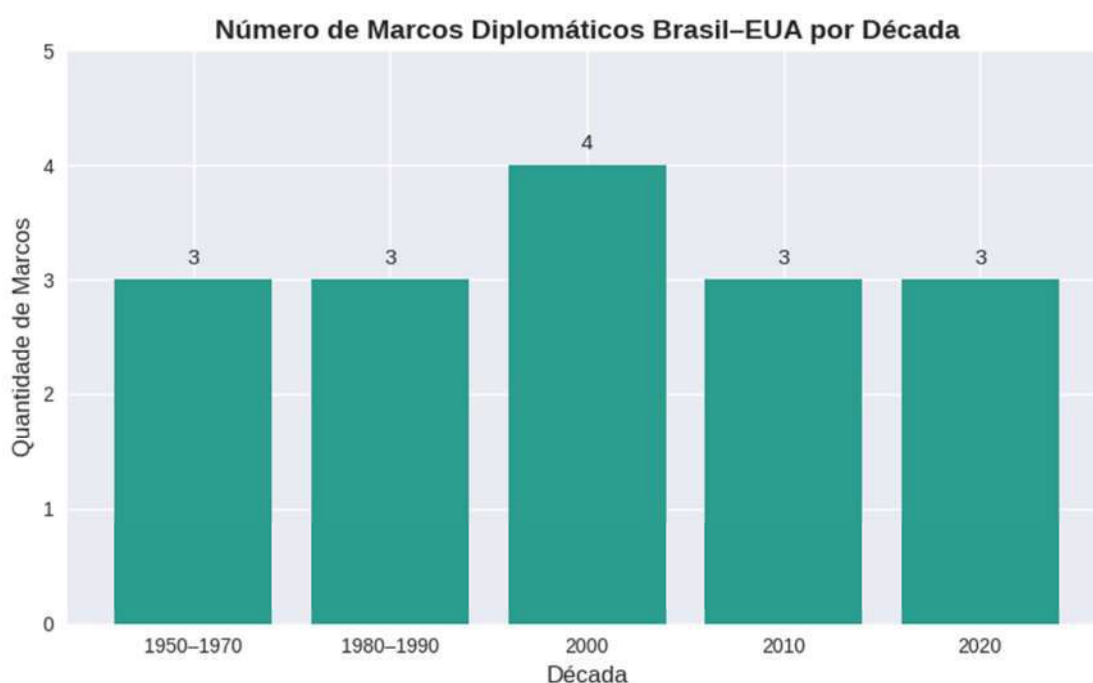
A evolução do comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos, no período de 1990 a 2023, reflete transformações estruturais tanto na economia brasileira quanto na mundial, além da estratégia de inserção internacional adotada pelo Brasil. Nesse contexto, o país passou a consolidar parcerias comerciais com nações estratégicas, entre elas os Estados Unidos. O intercâmbio comercial apresentou crescimento expressivo, especialmente em setores como petróleo, aeronaves, máquinas e equipamentos.

Eventos globais, como a crise financeira de 2008 e a pandemia de COVID-19 em 2020, provocaram retrações significativas nas trocas comerciais. Contudo, a recuperação posterior foi evidente. Em 2023, os Estados Unidos configuraram-se como o segundo maior parceiro comercial do Brasil, ficando atrás apenas da China. Instituições como a APEX (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e

Investimentos), a EMBRAPA e fóruns de cooperação como a ATEC (Agreement on Trade and Economic Cooperation) desempenharam papel fundamental no fortalecimento das relações bilaterais. A ATEC, por exemplo, tem sido um espaço relevante para a discussão de temas como propriedade intelectual, facilitação de comércio e barreiras técnicas.

Como destacam Lia Valls Pereira e Monica Hirst, “a relação comercial entre Brasil e Estados Unidos tem se caracterizado por uma capacidade de adaptação a choques externos” (PEREIRA; HIRST, 2023, p. 45).

Gráfico 2: Marcos Diplomáticos por Década (1950–2020)



Fonte: Ministério das Relações Exteriores

A análise dos marcos diplomáticos entre Brasil e Estados Unidos revela uma relação de longa data, com diferentes intensidades conforme estratégias e momentos de alinhamento ideológico. Durante a Guerra Fria, por exemplo, a relação bilateral foi intensificada com a aproximação dos países ao bloco ocidental, quando os Estados Unidos apoiaram o golpe militar de 1964. Essa aproximação gerou marcos importantes na relação bilateral, especialmente nas áreas de defesa e segurança como o apoio ao regime militar, os acordos militares de cooperação e a presença norte-americana em projetos estratégicos de infraestrutura e energia.

Com a redemocratização brasileira e a intensificação da globalização nos anos 1990, a relação bilateral passou a incorporar temas como comércio, meio ambiente, ciência e tecnologia. Nesse período, destacam-se os tratados comerciais, os acordos de cooperação científica e tecnológica e as iniciativas conjuntas em sustentabilidade e proteção ambiental.

A década de 2000 foi particularmente ativa, com a assinatura de acordos em diferentes áreas e a intensificação de visitas diplomáticas de alto nível. Entre os marcos mais relevantes estão a cooperação em biocombustíveis e etanol, os acordos de defesa, as iniciativas em educação e energia e o fortalecimento das relações comerciais.

Na década de 2010, a seleção de marcos diplomáticos mostra que a relação bilateral continua a se desenvolver, com novos acordos em defesa, ciência e tecnologia, comércio e meio ambiente. Os principais marcos foram os acordos de sustentabilidade e inovação tecnológica, a ampliação da cooperação em segurança internacional e a intensificação de visitas presidenciais e ministeriais.

Em 2020, a relação bilateral segue em expansão, com novos acordos voltados para sustentabilidade, inovação tecnológica e comércio digital, demonstrando a capacidade de adaptação da parceria às demandas globais contemporâneas.

Segundo análise de Valls Pereira e Monica Hirst, “a longevidade da relação Brasil–Estados Unidos se deve à capacidade de ambos os países de manterem uma agenda bilateral positiva, mesmo diante de mudanças de governo e crises externas” (PEREIRA; HIRST, 2023, p. 12).

2.2 PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS

Para melhor compreensão das exportações, a análise das balanças comerciais foi dividida de duas formas, quantidade exportada e valores movimentados(USD).

Dentre as mercadorias mais exportadas pelo Brasil no período analisado (2020–2024), destacam-se aquelas classificadas nos capítulos NCM 2709, 7207,

7201, 4703 e 2601, correspondentes, respectivamente, a óleos brutos de petróleo, produtos siderúrgicos, minérios de ferro, pastas químicas de madeira e minérios de manganês. Tal composição da pauta exportadora corrobora as conclusões de Oliveira, Franchini e Veloso (2021) e reafirma a crítica cepalina quanto à estrutura primário-exportadora da economia brasileira, caracterizada pela predominância de bens semimanufaturados, de baixa intensidade tecnológica e reduzido valor agregado, conforme demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1: Principais mercadorias exportadas aos Estados Unidos(volume)

PRODUTO	Quantidade(T) ANO 2020:	Quantidade(T) ANO 2021:	Quantidade(T) ANO 2022:	Quantidade(T) ANO 2023:	Quantidade(T) ANO 2024:
2709- Óleos de petróleo e óleos obtidos de minerais betuminosos, petróleo bruto	5.035.208,00	6.614.919,00	8.298.529,00	9.117.601,00	12.196.489,00
7207 - Produtos semiacabados de ferro ou aço não ligado	3.551.863,00	4.588.943,00	4.532.263,00	5.352.006,00	4.337.517,00
7201 - Ferro-gusa e spiegeleisen, em lingotes, blocos ou outras formas primárias.	655.980,00	1.759.855,00	2.413.099,00	2.923.081,00	3.269.674,00
4703 - Pasta química de madeira, soda ou sulfato (exceto para dissolução)	2.378.974,00	2.426.504,00	2.553.027,00	2.573.587,00	2.838.391,00
2601 - Minérios e concentrados de ferro, incluindo pirita de ferro calcinada.	1.987.371,00	2.340.594,00	2.620.254,00	2.887.551,00	2.816.206,00

Fonte: COMEXSTAT

Ao observar os valores movimentados nas exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos entre 2020 e 2024, nota-se uma predominância de produtos classificados nos capítulos 2709, 7201, 8802, 0901 e 2710, destaca-se a performance do capítulo 8802, correspondente a aeronaves tripuladas, como helicópteros e aviões (excetuando-se aeronaves não tripuladas do código 8806). Embora o volume exportado desse item seja consideravelmente inferior ao dos produtos minerais, seu alto valor agregado o posiciona entre os cinco principais itens em termos de valor financeiro. Somente em 2024, o setor aeronáutico brasileiro movimentou aproximadamente US\$ 2,7 bilhões (FOB), o que corresponde a cerca

de 10% do valor do setor de óleos brutos e 6,7% da pauta total de exportações para os Estados Unidos no mesmo ano, conforme dados do Comex Stat (2025).

Esse comportamento reforça a importância estratégica dos produtos de alta tecnologia e maior valor agregado na pauta exportadora brasileira, corroborando a crítica cepalina e os estudos de Oliveira, Franchini e Veloso (2021), que apontam a necessidade de diversificação das exportações nacionais. A concentração em produtos primários e semielaborados limita o avanço competitivo do país no cenário global, enquanto setores como o aeronáutico demonstram o potencial brasileiro para ampliar sua participação em cadeias produtivas de maior complexidade tecnológica.

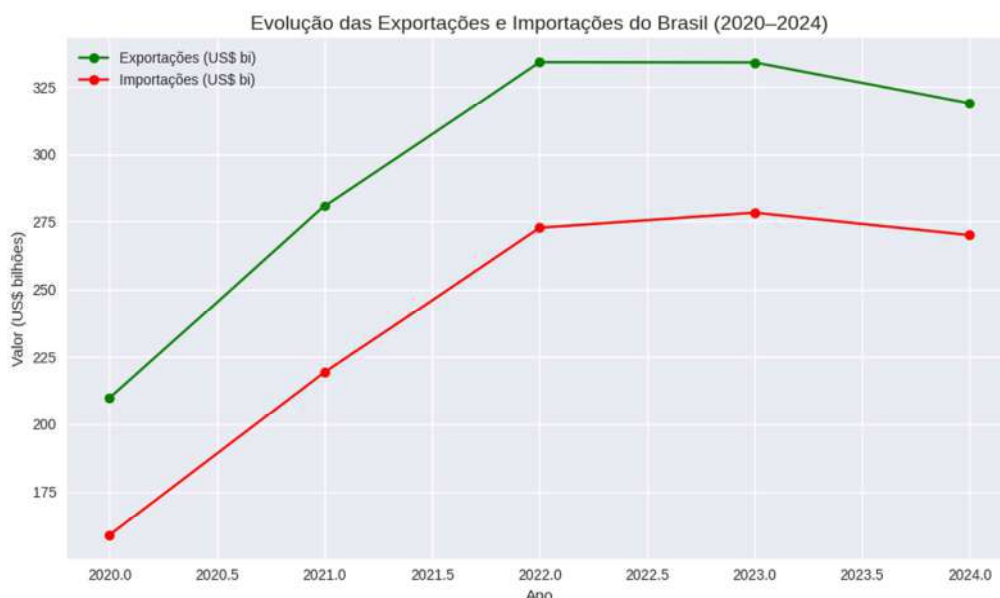
Tabela 2: Principais mercadorias exportadas aos Estados Unidos(valor agragado)

PRODUTO	Movimentação em USD 2020	Movimentação em USD 2021	Movimentação em USD 2022	Movimentação em USD 2023	Movimentação em USD 2024
2709- Óleos de petróleo e óleos obtidos de minerais betuminosos, petróleo bruto	1.359.496,00	3.079.456,00	5.049.604,00	4.683.969,00	5.830.984,00
7207 - Produtos semiacabados de ferro ou aço não ligado	1.568.505,00	3.777.856,00	3.737.209,00	3.809.777,00	2.802.772,00
8802 - Aeronaves motorizadas "por exemplo, helicópteros e aviões" (exceto aeronaves não tripuladas da posição 8806); ...	1.480.996,00	1.342.147,00	1.942.501,00	1.681.902,00	2.381.549,00
0901 - Café, torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; substitutos do café	932.208,00	1.125.937,00	1.718.679,00	1.136.398,00	1.901.497,00
2710 - Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, que contenham, como constituintes básicos, 70 % ou mais, em peso, de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, resíduos de óleos	684.978,00	835.457,00	492.016,00	1.229.903,00	1.792.515,00

Fonte: COMEXSTAT

2.3 ANÁLISE DOS ÚLTIMOS 5 ANOS (2020–2024)

Figura 1: Valores das Exportações e Importações do Brasil no Período de 2020 a 2024 (Em bilhões de dólares)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Entre os anos de 2020 e 2024, a balança comercial brasileira foi influenciada por fatores externos e ajustes internos, refletindo a dinâmica de um país fortemente vinculado ao mercado de commodities. Em 2020, as importações sofreram retração em decorrência da pandemia da COVID-19, enquanto as exportações se mantiveram relativamente estáveis, sustentadas pela demanda internacional por produtos primários.

Nos anos de 2021 e 2022, a valorização das commodities no mercado global favoreceu o desempenho exportador brasileiro. Simultaneamente, a desvalorização cambial contribuiu para o aumento da competitividade dos produtos nacionais no exterior. Em 2023, o cenário internacional foi marcado por elevação das taxas de juros, o que, aliado ao encarecimento do crédito no Brasil, resultou em desaceleração das transações comerciais.

No ano de 2024, observou-se uma queda nas exportações, atribuída à redução da demanda asiática. Por outro lado, as importações apresentaram

crescimento, impulsionadas por políticas voltadas à reindustrialização. Apesar da manutenção de um saldo comercial positivo, o período revela a persistente dependência brasileira de produtos primários e a vulnerabilidade frente a oscilações externas.

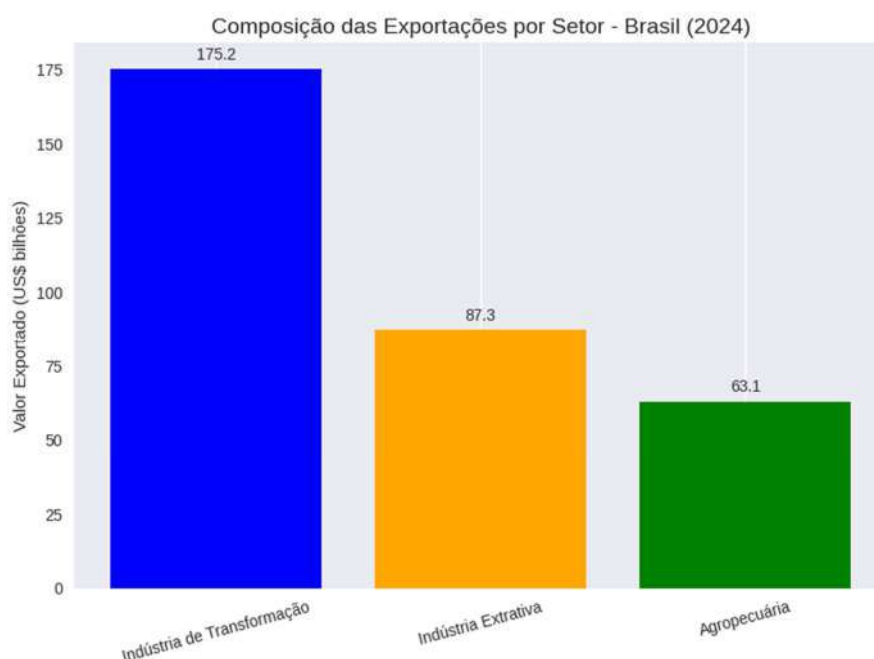


Figura 2: Composição das Exportações por Setor – Brasil (2024)

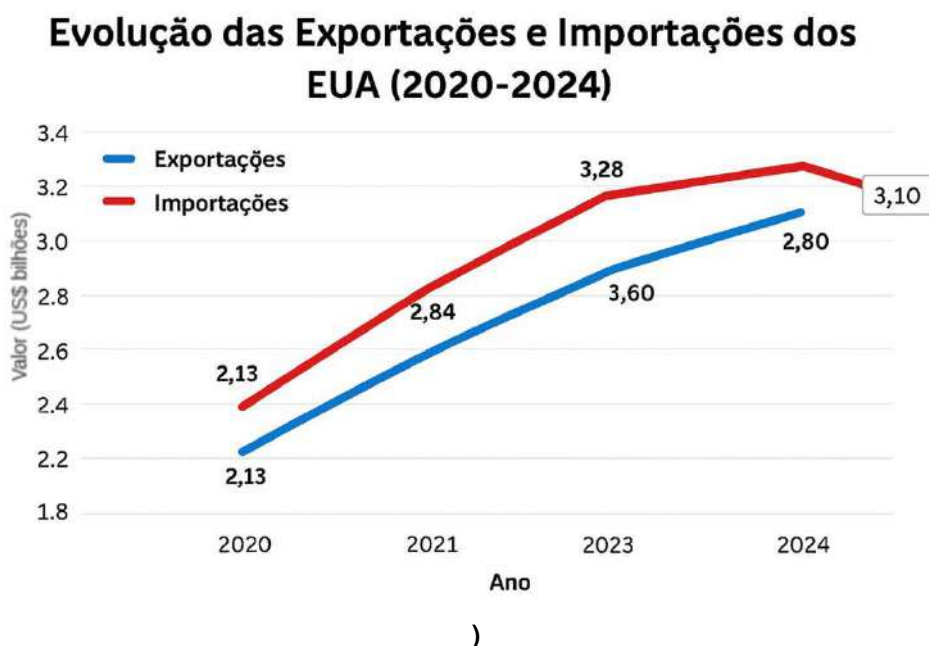
Fonte: Relatório “Relações Econômicas entre Brasil e EUA: Destaques Nacionais e Estaduais” – CNI
(Confederação Nacional da Indústria)

A composição setorial das exportações brasileiras em 2024 evidencia uma concentração em atividades de baixa e média complexidade tecnológica. A indústria de transformação lidera em valor exportado, representando 54,9% da pauta, embora enfrente limitações estruturais, como baixa capacidade de inovação e elevada dependência de insumos importados.

A indústria extrativa, responsável por 27,4% das exportações, é fortemente baseada na comercialização de petróleo e minérios, o que a torna suscetível às flutuações de preços no mercado internacional. Já o setor agropecuário, com participação de 19,7%, mantém competitividade global, mas apresenta riscos associados à instabilidade ambiental e à limitada diversificação produtiva.

Esse perfil exportador reforça a necessidade de políticas industriais voltadas à inovação, à agregação de valor e à ampliação da inserção internacional do Brasil em cadeias produtivas mais sofisticadas.

Figura 3 — Valores das Exportações e Importações dos Estados Unidos no Período de 2020 a 2024 (em bilhões de dólares)

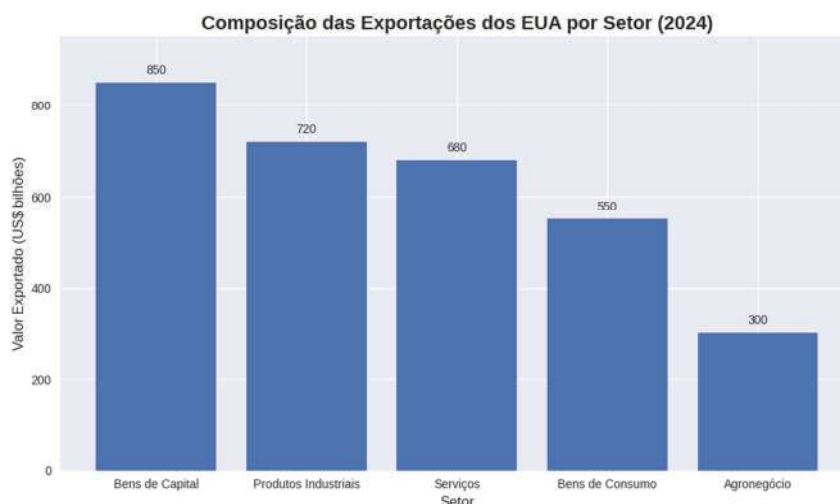


Fonte: Monitor do Comércio Brasil–Estados Unidos – Amcham Brasil

A trajetória comercial dos Estados Unidos entre 2020 e 2024 foi marcada por estímulos econômicos internos e pela busca por equilíbrio entre consumo e produção. Em 2020, as exportações apresentaram retração, enquanto o consumo doméstico sustentou níveis elevados de importações. Nos anos subsequentes, especialmente entre 2021 e 2022, os estímulos fiscais e monetários impulsionaram as importações, ao passo que as exportações cresceram em ritmo mais moderado.

Em 2023, a elevação das taxas de juros teve impacto direto na contenção do consumo, embora as exportações tenham mantido trajetória ascendente. No ano de 2024, observou-se uma leve convergência entre exportações e importações, resultando na redução do déficit comercial. Esse padrão reflete uma economia orientada ao consumo, com expectativa de maior agregação de valor nas exportações.

Figura 4 — Composição das Exportações dos EUA por Setor (2024)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior do MDIC e dados compilados por Amcham Brasil

A composição das exportações norte-americanas em 2024 revela uma economia amplamente diversificada e orientada para setores de alta complexidade tecnológica. Os bens de capital lideram a pauta exportadora, com destaque para aeronaves, máquinas e equipamentos médicos, totalizando US\$ 850 bilhões. Em seguida, os produtos industriais — como químicos, eletrônicos e plásticos — somam US\$ 720 bilhões.

O setor de serviços, com US\$ 680 bilhões, inclui exportações de tecnologia, propriedade intelectual e serviços financeiros, evidenciando o papel estratégico da economia digital. Os bens de consumo, representando entre US\$ 550 e US\$ 610 bilhões, abrangem alimentos, vestuário e cosméticos de marcas globais. Por fim, o agronegócio e os produtos alimentícios totalizam entre US\$ 150 e US\$ 300 bilhões, com forte presença internacional em commodities como soja, milho e carne suína.

Essa estrutura exportadora indica menor dependência de produtos primários e maior foco em inovação, tecnologia e valor agregado, consolidando os Estados Unidos como uma economia de perfil avançado no comércio internacional.

2.4 ASPECTOS ECONÔMICOS E ESTRATÉGICOS ATUAIS

A relação comercial entre Brasil e Estados Unidos é marcada por uma interdependência histórica e estratégica, mas também por desafios contemporâneos que exigem uma análise crítica dos fatores macroeconômicos e das estratégias empresariais envolvidas. Em um cenário global cada vez mais dinâmico e competitivo, compreender os elementos que moldam esse intercâmbio é essencial para avaliar as perspectivas de diversificação internacional e o reposicionamento do Brasil no comércio global.

Entre os principais fatores que influenciam o comércio bilateral, destacam-se o câmbio, a inflação, a competitividade e a política comercial. A taxa de câmbio exerce papel decisivo na balança comercial: a valorização do dólar frente ao real pode favorecer as exportações brasileiras, tornando seus produtos mais acessíveis ao mercado norte-americano. Por outro lado, encarece a importação de insumos e bens de capital, afetando diretamente a indústria nacional. A inflação, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, interfere nas decisões comerciais e na previsibilidade dos custos. No Brasil, a inflação elevada compromete a margem de lucro das empresas exportadoras e reduz o poder de compra interno. Nos Estados Unidos, políticas monetárias restritivas adotadas para conter a inflação — como o aumento das taxas de juros — impactam o consumo interno e, por consequência, a demanda por produtos estrangeiros.

A competitividade brasileira é outro ponto sensível. Apesar da abundância de recursos naturais e da força do agronegócio, o país enfrenta entraves estruturais como carga tributária elevada, infraestrutura deficiente e burocracia excessiva. Esses fatores limitam a capacidade de competir com empresas norte-americanas, que operam em um ambiente mais favorável à inovação, à eficiência produtiva e à previsibilidade regulatória. A política comercial adotada por ambos os países também influencia diretamente o fluxo de bens e serviços. Os Estados Unidos têm reforçado medidas protecionistas em setores estratégicos, enquanto o Brasil busca ampliar sua rede de acordos bilaterais e regionais para reduzir sua vulnerabilidade externa e diversificar parceiros comerciais.

Diante desse contexto, empresas brasileiras e norte-americanas têm adotado estratégias distintas para manter sua relevância no comércio bilateral. As empresas brasileiras, especialmente no setor agroindustrial, têm investido em inovação, certificações internacionais e nichos de mercado — como produtos orgânicos e

sustentáveis — para atender às exigências do consumidor norte-americano. Já as empresas dos Estados Unidos, ao expandirem suas operações no Brasil, priorizam setores como tecnologia, energia renovável e serviços financeiros. Muitas optam por parcerias locais, fusões e aquisições, além da adaptação de produtos e serviços às especificidades do mercado brasileiro, buscando superar barreiras culturais e regulatórias.

A ausência de um acordo de livre comércio formal entre Brasil e Estados Unidos limita o potencial de integração comercial. No entanto, ambos os países participam de organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que oferecem mecanismos de cooperação técnica, financiamento e solução de controvérsias. Além disso, o Brasil tem buscado ampliar sua atuação em fóruns internacionais, visando fortalecer sua posição nas negociações comerciais e atrair investimentos estrangeiros. A adesão a acordos plurilaterais e a aproximação com blocos econômicos fora da América Latina são estratégias que visam reduzir a dependência do mercado norte-americano e ampliar as oportunidades de inserção global.

Assim, a dinâmica comercial entre Brasil e Estados Unidos é marcada por desafios macroeconômicos e oportunidades estratégicas. A diversificação de parceiros, o fortalecimento da competitividade e o engajamento em acordos internacionais são caminhos essenciais para reduzir a dependência e ampliar a presença brasileira no comércio global.

2.5 TEORIAS DA DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

A diversificação econômica implica a transição produtiva para atividades de maior conteúdo tecnológico e valor agregado, processo que exige tanto o aproveitamento de vantagens comparativas preexistentes quanto o desenvolvimento de capacidades novas (Hidalgo et al., 2007; Papageorgiou; Spatafora; Wang, 2015). No caso brasileiro, exemplos corporativos ilustram caminhos possíveis de “upgrading”: a Embraer atua no setor aeroespacial, produzindo aeronaves regionais e jatos executivos com reconhecimento internacional; a WEG opera na indústria eletromecânica, com destaque em motores elétricos, geradores e transformadores exportados globalmente; e o grupo Randon integra a cadeia automotiva, fabricando

implementos rodoviários, sistemas de suspensão e componentes pesados para veículos comerciais. Essas firmas demonstram como a conjugação de capacidades tecnológicas, políticas industriais e estratégias comerciais pode gerar inserção em nichos externos de maior valor agregado (Cherif; Hasanov, 2019).

O grau de diversificação observado em uma economia é, contudo, fortemente influenciado pelo ambiente político e institucional. As ações (ou omissões) governamentais — relativas à estabilidade macroeconômica, à provisão de infraestrutura de qualidade, ao desenvolvimento de capital humano, ao acesso a serviços financeiros e à formulação de um arcabouço regulatório transparente — podem funcionar tanto como impeditivos quanto como facilitadores da diversificação. Em particular, a literatura e documentos do FMI ressaltam que políticas industriais eficazes devem partir de uma justificativa clara (identificação da falha de mercado), ser bem concebidas (com instrumentos e políticas complementares), sofrer avaliação rigorosa de custos e benefícios e ser compatíveis com a capacidade institucional do país; igualmente, devem preservar a estabilidade macroeconômica e respeitar compromissos multilaterais (IMF, 2024a; IMF, 2024c). Ademais, desafios contemporâneos — como mudanças climáticas, disrupções tecnológicas e fragmentação geoeconômica — aumentam a urgência de uma diversificação resiliente e bem orientada (IMF, 2020; IMF, 2023).

Ao mesmo tempo, o setor privado pode gerar distorções à diversificação por meio de “falhas de coordenação”: a criação de um novo setor competitivo frequentemente exige investimentos simultâneos e coordenados em fornecedores, capital humano, padrões de qualidade e infraestrutura de mercado, de modo que a ausência dessa coordenação pode inviabilizar empreendimentos promissores (Hausmann; Rodrik, 2003). Assim, a formulação de estratégias de diversificação exige uma relação estreita entre Estado e empresas — para mapear restrições e desenhar intervenções — preservando, contudo, autonomia estatal suficiente para evitar captura e garantir disciplina fiscal e institucional (Cherif et al., 2022). Políticas bem-sucedidas combinam instrumentos públicos (incentivos, capacitação, financiamento e coordenação) com mecanismos que estimulem competição, abertura a investimento estrangeiro e avaliações ex ante/ex post rigorosas. O Paradigma Eclético de Dunning (OLI), proposto por John H. Dunning (1980), busca explicar os motivos que levam as empresas a se internacionalizarem por meio de

investimentos diretos estrangeiros (IDE). De forma sintética, o modelo considera que uma firma opta por investir no exterior quando reúne simultaneamente três tipos de vantagens: de propriedade (Ownership), de localização (Location) e de internalização (Internalization). As vantagens de propriedade dizem respeito aos ativos intangíveis e diferenciais competitivos que a empresa possui, como tecnologia, conhecimento, marca e capacidade de inovação. As vantagens de localização referem-se aos fatores externos que tornam um país ou região atrativo para a instalação de operações produtivas, como infraestrutura, recursos naturais, custos de produção reduzidos, estabilidade política e proximidade de mercados consumidores. Já as vantagens de internalização estão relacionadas à decisão de manter determinadas atividades sob controle da própria empresa, em vez de terceirizá-las ou licenciá-las, de modo a reduzir riscos, custos de transação e garantir maior eficiência e controle estratégico (DUNNING, 1980). Nesse sentido, o paradigma OLI é considerado uma estrutura teórica abrangente, pois combina elementos econômicos e organizacionais, articulando diferentes perspectivas sobre o processo de internacionalização. A lógica do modelo indica que as empresas se expandem internacionalmente quando identificam uma convergência entre seus recursos próprios, os atrativos do país de destino e a viabilidade de internalizar operações, o que permite maior vantagem competitiva no mercado global. Assim, o paradigma eclético permanece como uma das abordagens mais influentes e aplicadas na literatura sobre economia internacional e gestão estratégica de empresas multinacionais.

Em suma, a evidência teórica e empírica indica que o Brasil pode avançar na diversificação por meio de políticas que capitalizam competências locais (como as evidenciadas por Embraer, WEG e Randon), corrijam falhas de coordenação e fortaleçam o arcabouço institucional e macroeconômico exigido por intervenções industriais responsáveis. A escolha de instrumentos deve ser antecedida por diagnósticos precisos das falhas de mercado e por avaliações de impacto que equilibrem ganhos potenciais com custos fiscais, riscos de má alocação e possíveis retaliações comerciais (IMF, 2024a; Cherif; Hasanov, 2019).

2.6 MERCADOS INEXPLORADOS E POTENCIAIS ALTERNATIVAS

Com base nos dados do TradeMap (ITC) e do ComexStat (MDIC/SECEX), atualmente o Brasil já exporta para a China volumes expressivos de soja (grãos e farelo), minério de ferro, petróleo bruto e derivados, carne bovina e celulose, consolidando fortemente o setor de commodities, ainda que haja movimentos de agregação de valor em segmentos como celulose industrial e proteínas processadas, desta forma, a oportunidade mais evidente seria de aprimorar os produtos já exportados, empregando mais valor agregado.

Em relação à União Europeia, os fluxos brasileiros incluem petróleo bruto, soja e farelo, celulose, carne e bens manufaturados, permite a expansão para fibras têxteis à base de celulose, alimentos processados premium e equipamentos de energia renovável.

No Mercosul (Argentina), as exportações brasileiras são dominadas por automóveis, autopeças, máquinas, produtos agrícolas processados, soja e carne, abrindo espaço para exportar módulos eletrônicos automotivos e agro processados com maior valor agregado aproveitando a integração logística regional. Para a Índia, que importa petróleo, minério de ferro, soja e açúcar do Brasil, existem oportunidades em chapas de aço processadas e ingredientes alimentares à base de soja com valor agregado (ingredientes industriais, proteínas para ração), conforme padrões de demanda indiana. Os Países Baixos (Netherlands), atuando como hub de reexportação para a Europa, recebem grandes volumes de soja, carnes, celulose e derivados, o que permite ao Brasil ofertar produtos embalados e processados de linhas mais sofisticadas orientados para reexportação. Por fim, mercados como México, Emirados Árabes, Chile, África do Sul, Vietnã e o agregado Mercosul mostram perfis heterogêneos (de autopeças e máquinas a alimentos processados e insumos industriais), e os dados do TradeMap/ComexStat indicam que, nestes destinos, o Brasil já exporta as mercadorias citadas acima e pode ampliar a oferta para versões de maior conteúdo tecnológico e marca.

A diversificação econômica requer que um país não apenas “mude da dependência de setores tradicionais” para uma gama mais ampla de setores e serviços de alta qualidade, mas que promova ativamente essa transição (IMF,

2024a). A teoria do product space de Hidalgo et al. (2007) afirma que “As economias crescem ao aprimorarem o tipo de produtos que produzem e exportam.” (Hidalgo; Klinger; Barabási; Hausmann, 2007, p. 482) e mostra que países tendem a mover-se para bens próximos dos que já produzem, porque as capacidades requeridas são similares, aprimorando apenas a tecnologia empregada ou expandindo o seu processamento. Eles explicam que “Os produtos de maior luxo estão localizados em um núcleo densamente conectado, enquanto os produtos para pessoas de renda mais baixa ocupam uma periferia menos conectada.” (Hidalgo et al., 2007, p. 482) e que “A tecnologia, o capital, as instituições e as habilidades necessárias para fabricar esses novos produtos são mais facilmente adaptáveis de alguns produtos do que de outros.” (Hidalgo et al., 2007, p. 483). Em consonância com essa perspectiva, o FMI (2024) salienta que políticas industriais bem-concebidas exigem que se identifique a falha de mercado subjacente, que os instrumentos estejam complementados por infraestrutura e capital humano, e que se preserve a estabilidade macroeconômica. O relatório destaca que é necessário um compromisso de longo prazo e políticas eficazes e abrangentes para uma diversificação bem sucedida (IMF, 2024a, p. 5).

Dessa forma, o Brasil deve priorizar produtos que aproveitem competências acumuladas (como soja, celulose ou minério) e transformá-los em bens de maior valor com conteúdo tecnológico ou marca (Hidalgo et al., 2007). Ao mesmo tempo, é fundamental que o Estado promova um ambiente institucional e regulatório que facilite esse aprimoramento — por exemplo, assegurando padrões de qualidade internacionais, financiamento à exportação, parcerias público-privadas para capacitação técnica e logística de exportação — porque, conforme o FMI, os principais fatores que restringem a observada diversificação incluem: a ausência de estabilidade macroeconômica, infraestrutura inadequada, mão-de-obra não qualificada, acesso restrito a serviços financeiros, governança frágil e falta de oportunidades amplas para toda a população (IMF, 2024a, p. 8). O “salto” para produtos de maior complexidade, entretanto, exige também superar falhas de coordenação entre setor público e privado — como a necessidade de “a criação coordenada de todo um ecossistema de produtores, fornecedores especializados e trabalhadores com habilidades específicas” (Hausmann; Rodrik, 2003, p. 12) —

porque, sem isso, o país permanecerá fora da rede de produtos de alto valor (Hidalgo et al., 2007, p. 484).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1: Objetivo Geral:

Avaliar oportunidades de parcerias comerciais para o Brasil, com vistas à mitigação da dependência em relação aos Estados Unidos, à diversificação econômica e ao fortalecimento da inserção do país no comércio internacional.

3.2 Objetivos Específicos:

- Contrastar o nível de dependência entre Brasil e EUA: Analisar a intensidade da dependência comercial do Brasil em relação aos Estados Unidos, considerando o déficit da balança comercial dos últimos 5 anos;
- Classificar produtos exportados e a receita que geram para o Brasil: Identificar e classificar os principais produtos exportados pelo Brasil para os Estados Unidos, com foco na contribuição desses itens para a economia brasileira;
- Examinar outros países e produtos com potencial de exportação, com o objetivo de identificar mercados alternativos que possam suprir as exportações brasileiras, considerando possíveis acordos comerciais, incentivos fiscais e áreas de interesse mútuo.

3.3: Metodologia:

Para este estudo serão utilizadas as pesquisas quantitativa, qualitativa e análise literária, com o objetivo de oferecer uma análise abrangente e detalhada dos impactos da guerra comercial entre os Estados Unidos e o Brasil. De acordo com Creswell (2010), a pesquisa de métodos mistos permite integrar dados quantitativos e qualitativos para uma compreensão mais profunda e ampla do problema em questão. A pesquisa quantitativa será empregada na análise das balanças comerciais bilaterais ao longo dos últimos anos, utilizando dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a fim de avaliar a dependência comercial do Brasil em relação aos Estados Unidos. Essa

análise permitirá a identificação dos principais produtos exportados, sua contribuição para a economia nacional e o impacto das recentes tarifas impostas pelos EUA, considerando o impacto financeiro e setorial dessas mudanças.

A pesquisa qualitativa complementa a abordagem quantitativa ao investigar os aspectos econômicos, políticos e diplomáticos que podem permitir ao Brasil diversificar suas parcerias comerciais e reduzir a dependência dos Estados Unidos. Serão analisados os fatores que aproximam o Brasil de outros países com economias semelhantes, assim como as oportunidades de novos acordos bilaterais que favoreçam a economia brasileira. A coleta de dados qualitativos ocorrerá por meio de revisão de literatura, análise de políticas comerciais e, se necessário, entrevistas com especialistas na área de comércio exterior e economia internacional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A ampliação da presença brasileira no comércio internacional é um processo que exige não apenas o aumento da competitividade produtiva, mas também a superação de barreiras estruturais, institucionais e estratégicas que limitam a capacidade do país de explorar novos mercados. Embora o Brasil seja uma das maiores economias emergentes do mundo, seu desempenho exportador ainda se concentra fortemente em poucos parceiros comerciais, especialmente China e Estados Unidos, o que o torna vulnerável a choques externos e mudanças geopolíticas. Essa dependência evidencia a necessidade de uma política comercial mais dinâmica e diversificada, voltada à integração com economias africanas, asiáticas e europeias, além da consolidação do Mercosul como plataforma de internacionalização regional.

Entre os principais fatores que dificultam a expansão das exportações brasileiras, destacam-se as barreiras tarifárias e não tarifárias impostas por países importadores, a complexidade logística e aduaneira e a falta de acordos bilaterais modernos. Segundo relatório da CEPAL (2023), o Brasil ocupa posição intermediária no índice de facilitação comercial latino-americano, o que reflete entraves em infraestrutura portuária, altos custos de transporte e demora na liberação alfandegária. Além disso, o estudo do Banco Mundial (2024) Doing Business indica

que o país ainda enfrenta desafios burocráticos que elevam o tempo médio de exportação, tornando os produtos brasileiros menos competitivos no cenário global.

Do ponto de vista das teorias de internacionalização, o caso brasileiro pode ser interpretado sob a ótica do Modelo de Uppsala, que defende que as empresas tendem a se internacionalizar gradualmente, conforme adquirem conhecimento e experiência em mercados externos. No entanto, a baixa intensidade de investimentos em inovação e a escassez de programas de apoio à capacitação exportadora têm dificultado essa progressão. Outro referencial aplicável é o Paradigma Eclético de Dunning (OLI), que enfatiza a importância das vantagens de propriedade (Ownership), localização (Location) e internalização (Internalization). No contexto brasileiro, a limitação reside especialmente no componente “L”, uma vez que o ambiente doméstico apresenta custos logísticos e tributários elevados, reduzindo o atrativo do país como plataforma de produção voltada à exportação.

A literatura recente também destaca que o Brasil carece de políticas industriais integradas à política comercial. Conforme apontam Moura e Lima (2022), a ausência de coordenação entre os setores público e privado prejudica o aproveitamento de oportunidades em mercados emergentes. Países asiáticos, como Vietnã e Coreia do Sul, alcançaram avanços expressivos ao adotar estratégias combinadas de incentivos fiscais, acordos multilaterais e investimentos em tecnologia e infraestrutura. Nesse sentido, a formulação de uma agenda nacional de competitividade é essencial para reduzir a dependência de commodities e impulsionar a exportação de produtos de maior valor agregado.

Outro desafio central é o fortalecimento da imagem do produto brasileiro no exterior. O estudo de Souza (2023) demonstra que, embora o Brasil seja reconhecido pela qualidade do agronegócio, ainda enfrenta resistência em setores de manufaturados, tecnologia e bens de consumo. A ausência de políticas consistentes de marketing internacional e de promoção da marca “Brasil” contribui para a baixa percepção de valor em mercados mais exigentes, como o europeu. Essa questão se alinha à visão da teoria das redes (Network Theory), que argumenta que a internacionalização bem-sucedida depende da criação de relacionamentos duradouros com agentes, distribuidores e governos estrangeiros.

Por fim, é imprescindível mencionar o papel das barreiras culturais e institucionais, frequentemente subestimadas nas estratégias de exportação. Estudos como o de Gomes e Oliveira (2022) revelam que a adaptação cultural e o conhecimento das normas locais são fatores determinantes para a inserção sustentável em novos mercados. Assim, o Brasil precisa investir não apenas em infraestrutura e acordos comerciais, mas também em diplomacia econômica, capacitação de profissionais em comércio exterior e políticas de inserção empresarial no exterior.

Em síntese, o Brasil possui um potencial significativo para ampliar sua participação no comércio global, mas a efetividade desse movimento depende de reformas estruturais, fortalecimento das instituições de apoio à exportação e modernização das práticas comerciais. A diversificação de mercados exige uma visão estratégica de longo prazo, apoiada em políticas industriais, tecnológicas e logísticas que reduzam custos e ampliem a competitividade internacional. A incorporação das teorias de internacionalização na formulação dessas estratégias pode fornecer um arcabouço teórico consistente para orientar o país rumo a uma inserção mais sólida e sustentável na economia mundial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado na literatura, a diversificação produtiva e a transição para produtos de maior complexidade constituem elementos centrais para o fortalecimento da inserção internacional dos países, especialmente daqueles como o Brasil, cuja pauta exportadora permanece concentrada em bens primários. Nesta investigação, o objetivo principal do presente estudo foi determinar de que forma o país pode ampliar o valor agregado de seus produtos exportados e reduzir vulnerabilidades estruturais associadas à dependência de setores tradicionais e mercados específicos.

Um objetivo inicial do projeto foi avaliar o histórico de dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos, examinando a evolução dessa relação comercial e suas implicações para a pauta exportadora nacional. A partir dessa análise, o estudo buscou posteriormente identificar o espaço para a ampliação de parcerias com outros mercados e a possibilidade de diversificação das mercadorias exportadas,

considerando especialmente os produtos que o Brasil já comercializa internacionalmente. A primeira pergunta neste estudo procurou determinar se essa dependência histórica limitou ou favoreceu a capacidade do país de explorar novos destinos e categorias de bens com maior potencial competitivo. Retornando para a hipótese formulada no início deste estudo, agora é possível afirmar que os resultados observados indicam que há margem concreta para expansão e diversificação a partir das competências produtivas já existentes.

Os resultados deste estudo indicam que a estrutura exportadora brasileira, embora ainda fortemente ancorada em commodities como soja, petróleo bruto, minério de ferro, carnes e celulose, apresenta oportunidades claras para agregação de valor, sobretudo em segmentos próximos das capacidades já existentes. Tomados em conjunto, estes resultados sugerem que o movimento para bens mais complexos — como celulose industrial, proteínas processadas, módulos eletrônicos automotivos, alimentos premium, chapas de aço processadas e produtos embalados para reexportação — é compatível com a teoria do *product space*, segundo a qual países tendem a avançar para produtos tecnologicamente próximos daqueles que já produzem. Portanto, é provável que tais conexões existam entre as competências acumuladas pelo Brasil e os setores de maior sofisticação identificados ao longo da análise.

Em geral, por isso, parece que a possibilidade de diversificação depende não apenas da escolha dos setores, mas também das condições institucionais e macroeconômicas que, conforme destacado pelo FMI (2024), constituem pré-requisitos essenciais para políticas industriais eficazes. Uma implicação disso é a possibilidade de que a adoção de políticas voltadas à qualificação da mão de obra, à infraestrutura logística, ao acesso a financiamento e ao fortalecimento regulatório possa acelerar o processo de transição para produtos de maior valor agregado.

Esta pesquisa amplia nosso conhecimento de como as atuais pautas exportadoras interagem com a necessidade de elevar o conteúdo tecnológico da produção nacional. Além disso, esta pesquisa fornece uma estrutura para a exploração do papel das capacidades produtivas acumuladas e do ambiente institucional na determinação de futuras vantagens comparativas dinâmicas. Esta pesquisa servirá como base para futuros estudos e pode apoiar tanto o setor público quanto o setor privado na formulação de estratégias de diversificação.

Em primeiro lugar, ele aponta para a relevância de políticas industriais bem alinhadas, capazes de reduzir falhas de coordenação entre agentes econômicos e de promover a criação de ecossistemas produtivos mais sofisticados — elemento fundamental destacado por Hausmann e Rodrik (2003). Em segundo lugar, reforça a necessidade de que o Brasil priorize produtos que aproveitem competências já existentes, alinhando-se às recomendações da literatura especializada.

Uma limitação deste estudo é que ele se baseia exclusivamente nas informações qualitativas disponibilizadas nos relatórios internacionais e nos dados consolidados das plataformas TradeMap e ComexStat. Este estudo, por estar limitado a essa abordagem descritiva, não tem a pretensão de quantificar impactos ou estimar cenários alternativos. O escopo deste estudo foi limitado em termos de análises econométricas, estudos setoriais aprofundados ou medições de elasticidade tecnológica. O pequeno tamanho da amostra não permitiu incluir análises comparativas mais amplas entre setores com diferentes níveis de complexidade produtiva. Ainda há muitas perguntas sem resposta sobre como, na prática, o Brasil poderá superar barreiras institucionais, logísticas e financeiras que restringem sua diversificação; novas pesquisas devem ser realizadas para investigar o papel de fatores como estabilidade macroeconômica, governança e integração comercial nesse processo.

Sugere-se, portanto, um estudo mais aprofundado com mais foco em temas como o desenvolvimento da indústria nacional e a cooperação público-privada, especialmente no que diz respeito à criação de ecossistemas produtivos, incentivos à inovação e à coordenação entre agentes estatais e empresariais. Esses elementos são centrais para compreender a capacidade do país de promover a agregação de valor e o avanço para setores de maior complexidade tecnológica.

É necessária mais investigação para determinar a eficácia de políticas industriais específicas, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de capacidades tecnológicas e ao fortalecimento das cadeias de exportação de alto valor agregado. Tomando-se todos esses elementos em consideração, conclui-se que o Brasil possui potencial significativo para avançar em direção a uma estrutura exportadora mais diversificada e sofisticada, embora esse avanço dependa de ações coordenadas, planejamento de longo prazo e investimentos estratégicos

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMPI, Sílvia Letícia; AZEVEDO, André Filipe Zago de; REIS, Magnus dos. O comércio inexplorado entre Brasil e Ásia: uma abordagem através do modelo gravitacional. *Estudios Económicos*, v. 37, n. 75, p. 51–73, 2020. Universidad Nacional del Sur. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/5723/572364426003/>. Acesso em: 01 set. 2025.

BANCO MUNDIAL. *Doing Business 2024: Facilitando o Comércio Internacional*. Washington, 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org>

. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Sistema Comex Stat. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. TradeMap: sistema de informações de comércio exterior. Disponível em: <https://trademap.gov.br/>

. Acesso em: 15 out. 2025.

CEPAL. *Relatório Econômico da América Latina: barreiras comerciais e perspectivas de integração*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2023.

Acesso em: 15 out. 2025.

COMEXSTAT — MINISTÉRIO DA ECONOMIA / SECEX. ComexStat — Estatísticas do Comércio Exterior do Brasil. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/>

. Acesso em: 15 out. 2025.

DUNNING, John H. Toward an eclectic theory of international production: some empirical tests. *Journal of International Business Studies*, v. 11, n. 1, p. 9–31, 1980.

DOI: 10.1057/palgrave.jibs.8490593. Disponível em:

<https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8490593>

. Acesso em: 07 nov. 2025.

EUROPEAN COMMISSION — Directorate-General for Trade. EU trade relations with Brazil. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/brazil_en

. Acesso em: 05 nov. 2025.

FERREIRA, Carlos; LOPES, Mariana. Industrial structure complexity and regional growth in Brazil. arXiv preprint, 2023. Disponível em:

<https://arxiv.org/abs/2312.07469>

. Acesso em: 01 set. 2025.

FIORI, José Luís. O Brasil no império americano. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/5/31/o-brasil-no-imperio-americano>

. Acesso em: 08 set. 2025.

FUJII-GAMBERO, Maria del Carmen; GARCÍA-RAMOS, José Manuel. Revisiting the quality of exports. Economic Structures, v. 4, n. 17, 2015. DOI: 10.1186/s40008-015-0029-0. Disponível em:

<https://journalofeconomicstructures.springeropen.com/articles/10.1186/s40008-015-0029-0>

. Acesso em: 06 nov. 2025.

GOMES, R.; OLIVEIRA, A. Barreiras na exploração de novos mercados: desafios logísticos e políticos. Revista de Comércio Exterior, v. 17, n. 2, 2022. Acesso em: 15 out. 2025.

GOVERNO DO BRASIL — SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO (SECOM). China é o principal destino de exportações brasileiras. Brasília, 15 ago. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/china-e-o-principal-destino-de-exportacoes-brasileiras>

. Acesso em: 05 nov. 2025.

HAUSMANN, R.; RODRIK, D. Economic development as self-discovery. Journal of Development Economics, 2003.

HIDALGO, C. A.; KLINGER, B.; BARABÁSI, A.-L.; HAUSMANN, R. The product space conditions the development of nations. Science, v. 317, n. 5837, p. 482–487, 2007. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/0708.2090>

. Acesso em: 06 nov. 2025.

HIDALGO, Cesar A.; HAUSMANN, Ricardo. The building blocks of economic complexity. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, [S. l.], v. 106, n. 26, p. 10570–10575, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.0900943106>. Acesso em: 06 nov. 2025.

HIDALGO, Cesar A.; KLINGER, Bailey; BARABÁSI, Albert-László; HAUSMANN, Ricardo. The product space conditions the development of nations. *Science*, v. 317, n. 5837, p. 482–487, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1144581>. Acesso em: 06 nov. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Economic Diversification in Developing Countries: Lessons from Country Experiences with Broad-Based and Industrial Policies*. Departmental Papers, jul. 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Departmental-Papers-Policy-Papers/Issues/2024/07/20/Economic-Diversification-in-Developing-Countries-Lessons-from-Country-Experiences-with-532135>. Acesso em: 06 nov. 2025.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC). *Trade Map — Trade statistics for international business development*. Disponível em: <https://www.trademap.org/>. Acesso em: 15 out. 2025.

MAPA — Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Com alta nas exportações, Brasil expande presença em 24 novos mercados. *Agência Gov*, 2025. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202502/brasil-alcanca-segundo-maior-valor-exportado-para-janeiro-e-expande-presenca-em-24-novos-mercados>. Acesso em: 08 set. 2025.

MOURA, J.; LIMA, R. Processos de internacionalização e adaptação de empresas brasileiras. *Revista de Negócios Internacionais*, v. 9, n. 4, 2022. Acesso em: 15 out. 2025.

OEC — OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. *Brazil — Exports, imports, and trade partners*. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/bra>. Acesso em: 05 nov. 2025.

OLIVEIRA, Bruna Mendonça de; FRANCHINI, Alinne Alvim; VELOSO, Manoel Vítor de Souza. Comércio bilateral Brasil–EUA: uma análise da composição setorial das pautas de exportações e importações de 2000 a 2019. *Revista Pesquisa e Debate*,

v. 33, n. 2 (60), 2021. ISSN 1806-9029. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/57299>

. Acesso em: 01 set. 2025.

OLVERA, Beatriz Calzada; SPINOLA, Danilo. Determinants of export diversification in resource-dependent economies: the role of product relatedness and macroeconomic conditions. *Structural Change and Economic Dynamics*, v. 74, p. 578–590, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.strueco.2025.02.006>

. Acesso em: 06 nov. 2025.

SOUZA, P. O Brasil e a diversificação de mercados: perspectivas e entraves. *Revista Brasileira de Economia Internacional*, v. 11, n. 3, 2023. Acesso em: 15 out. 2025.